



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 007/2024

CARGO: ADVOGADO

(ENSINO SUPERIOR COMPLETO)
Língua Portuguesa: 01 a 10; Raciocínio Lógico: 11 a 20;
Conhecimentos Específicos: 21 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, tanto para ir embora quanto para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a, b, c, d, e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	A interpretação do conteúdo das questões da prova é responsabilidade exclusiva de cada candidato.
10	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
11	Assine o cartão-resposta no local indicado e preencha-o de acordo com as indicações presentes nele.
12	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
13	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal de sala.
14	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
15	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização da prova.
16	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para o lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque-o na linha pontilhada.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 (um) dia útil após a aplicação da prova, às 17h.

QUESTÕES DE 01 A 10 – LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Moda é política e reflete as transformações no mundo

Se você fosse presidente do Brasil, que tipo de roupa usaria? Terninho com tênis como a Kamala Harris, vice-presidente dos Estados Unidos? As cores fortes dos blazers da ex-chanceler da Alemanha, Angela Merkel? Vestiria um jeans, de vez em quando, para mostrar conexão com as ruas? Ou bijoias e roupas nacionais, de marcas que ensaiam práticas sustentáveis, para ressaltar a consciência em relação ao meio ambiente e apoiar o design local?

A cada eleição no Brasil, torço muito para ser surpreendida com candidatas mulheres assumindo governos, dominando o Congresso, em sintonia com os anseios contemporâneos e com as necessidades sociais do país – de preferência, usando a moda para ajudá-las a expressar suas convicções e propósitos.

Acho triste ver políticos se vestindo de forma pasteurizada. O uso obrigatório do terno no Congresso tem a ver com isso, já que a moda autêntica expõe verdades – convenientes ou não. Enquanto estão de terno, aparentemente são todos iguais. Imponentes, trabalhando dentro das convenções e mantendo a estrutura patriarcal que, infelizmente, domina nossa sociedade e se reflete no governo.

Como diria Costanza Pascolato, as aparências realmente não enganam. Repare que, quando alguém tenta se disfarçar usando uma roupa sem convicção, seu estilo nunca parece ajustado. Ao contrário: em geral, a pessoa acaba transmitindo uma imagem incoerente, falsa.

É que a moda joga na cara nossas intenções e crenças, mesmo quando não nos damos conta disso. Assim, pode funcionar como armadilha para os políticos (honestos) que, seguindo orientações de seus marketeiros, repetem uma fórmula que não lhes cabe no vestuário – e, enquanto fingem ser quem não são, acabam escondendo suas verdades.

[...]

Difícil de escapar quando o Regimento Interno do Congresso, em vigor entre 2019 e 2023, aconselha às congressistas que usem tailleurs ou vestidos e sapatos sociais. Essa orientação ao público feminino tem origem no fato de que as mulheres só puderam começar a usar calças compridas no plenário (pasmem!) em 1997. Ainda hoje, o uso de jeans, tênis e sandálias rasteiras é estritamente proibido por lá.

Espelho de uma época, a moda reflete as transformações do mundo, do novo movimento feminista à urgência por diversidade, da equidade racial às causas LGBTQIAP+. Na posse da vice-presidente norte-americana, Kamala Harris, o grande destaque foi a variedade de looks – a maioria de designers negros e mulheres – em tons de roxo, alusão ao movimento sufragista, desfilados por convidadas e pela própria.

Recentemente também, o movimento Time's Up, criado por atrizes, diretoras e produtoras de Hollywood, denunciou abuso e assédio sexual no meio, no Globo de Ouro de 2018, com todas de preto no tapete vermelho.

Moda é exatamente sobre isso. Podemos nos vestir sem pensar o que nossas escolhas significam, ou fazer das roupas uma voz para defender nossos ideais. Não só os políticos, mas cada um de nós. Vale na vida, no look de tomar vacina ou votar – mas vale mais ainda na hora de escolher as pessoas que vão representar você a partir de janeiro. E sempre.

(Texto adaptado. Maria Rita Alonso, Revista *Marie Claire*, 16/02/2022. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Maria-Rita-Alonso/noticia/2022/02/moda-e-politica-e-reflete-transformacoes-no-mundo.html>)

01. Considerando as informações do texto lido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A padronização das roupas em ambiente político é importante para a moda.
- b) O vestuário de uma pessoa nem sempre revela suas convicções políticas.
- c) As transformações do mundo nunca são refletidas na moda.
- d) Deve-se expressar um posicionamento político pela moda somente no cotidiano.
- e) Há muita influência estrangeira no modo de se vestir das brasileiras.

02. Os exemplos apresentados no texto são utilizados com a finalidade de:

- a) validar o posicionamento da autora.
- b) criticar as atitudes exemplificadas.
- c) narrar atitudes da autora.
- d) opor-se ao posicionamento da autora.
- e) instruir os leitores a agirem.

03. As preposições, além de conectarem palavras ou orações, também sinalizam relações de sentido. Considerando isso e o contexto do texto, assinale a alternativa que contém o sentido da preposição em destaque no fragmento a seguir.

“Ou biojoias e roupas nacionais, de marcas que ensaiam práticas sustentáveis, PARA ressaltar a consciência em relação ao meio ambiente e apoiar o design local?”.

- a) Direção.
- b) Proximidade temporal.
- c) Julgamento.
- d) Finalidade.
- e) Perspectiva.

04. “É que a moda joga na cara nossas intenções e crenças, mesmo quando não nos damos conta disso”.

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE a figura de linguagem presente na afirmação acima.

- a) Metáfora.
- b) Eufemismo.
- c) Metonímia.
- d) Pleonasma.
- e) Ironia.

05. Assinale a alternativa em que a palavra estrangeira é popularmente utilizada em língua portuguesa por meio do processo de formação por derivação sufixal.

- a) Time's Up.
- b) biojoias.
- c) *tailleurs*.
- d) *looks*.
- e) marketeiros.

06. “As cores fortes dos *blazers* da ex-chanceler da Alemanha, ANGELA MERKEL?”.

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE a função sintática da expressão destacada no trecho acima.

- a) Vocativo.
- b) Adjunto adnominal.
- c) Aposto.
- d) Sujeito.
- e) Predicativo do sujeito.

07. Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE as palavras destacadas no fragmento a seguir.

“Podemos NOS vestir sem pensar o que nossas escolhas significam, ou fazer DAS roupas uma voz para defender nossos ideais”.

- a) Conjunção e preposição.
- b) Pronome e preposição.
- c) Preposição e artigo.
- d) Pronome e conjunção.
- e) Artigo e pronome.

08. Assinale a alternativa em que os pronomes substituem CORRETAMENTE os termos destacados nos fragmentos a seguir, fazendo os devidos ajustes nos verbos.

“Acho triste ver POLÍTICOS se vestindo de forma pasteurizada”.

“Pode funcionar como armadilha para os políticos (honestos) que repetem UMA FÓRMULA”

- a) vê-los – repetem-las.
- b) ver-os – repetir-as.
- c) vê-nos – repetem-nas.
- d) vê-los – repetem-nas.
- e) vê-os – repeti-las.

09. Assinale a alternativa em que a crase está empregada de forma INCORRETA.

- a) O desfile ocorreu à noite, atraindo muitos espectadores.
- b) Muitas pessoas vestem-se com roupas à frente do seu tempo.
- c) As mulheres nem sempre se vestem à moda de sua época.
- d) A moda é uma forma de deixar às claras um posicionamento político.
- e) Uma roupa pode deixar a pessoa cara à cara com a opinião de outra.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas CORRETAMENTE quanto à ortografia.

- a) Os tecidos utilizados são sustentáveis e de alta durabilidade.
- b) A nova coleção traz estampas vibrantes e ousadas.
- c) O desfile apresentou roupas de alta costura exóticas e inovadoras.
- d) As tendências da estação incluem roupas assimétricas e fluidas.
- e) A estilista lançou uma linha de acessórios exclusivos.

QUESTÕES DE 11 A 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Marcos ganhou 271 figurinhas de seu tio. Sua prima lhe deu três vezes mais do que ele recebeu do tio. Seu avô deu a ele o dobro da quantidade que ele recebeu da prima. No entanto, Marcos acabou perdendo 80% de todas as figurinhas que ganhou. Quantas figurinhas Marcos tem agora?

- a) 171 figurinhas.
- b) 271 figurinhas.
- c) 542 figurinhas.
- d) 2168 figurinhas.
- e) 2710 figurinhas.

12. Ricardo tem uma caixa com 60 canetas: 10 são vermelhas, 15 são azuis, 20 são verdes e as demais são pretas. Se ele tirar uma caneta aleatoriamente da caixa, qual é a probabilidade de Ricardo tirar uma caneta preta?

- a) 0,25.
- b) 0,30.
- c) 0,35.
- d) 0,40.
- e) 0,45.

13. Em uma loja de doces, Ana comprou um total de 800 doces para revender. Entre esses doces, 35% são chocolates, 20% são balas e o restante são pirulitos. Logo, quantos chocolates, balas e pirulitos Ana adquiriu?

- a) 270 chocolates, 170 balas e 360 pirulitos.
- b) 280 chocolates, 160 balas e 360 pirulitos.
- c) 280 chocolates, 170 balas e 350 pirulitos.
- d) 270 chocolates, 160 balas e 370 pirulitos.
- e) 260 chocolates, 180 balas e 360 pirulitos.

14. Um arquiteto está projetando um jardim para um cliente. Parte do jardim tem a forma de um triângulo com base de 12 metros e altura de 8 metros. O cliente deseja calcular a área dessa parte do jardim para decidir quantas plantas comprar. Sabendo disso, qual é a área total dessa parte do jardim?

- a) 24 metros quadrados.
- b) 32 metros quadrados.
- c) 64 metros quadrados.
- d) 48 metros quadrados.
- e) 96 metros quadrados.

15. Marcos emprestou R\$ 10.000,00 para seu amigo Bruno a uma taxa de juros simples de 8% ao mês. Ele concordou em receber o montante principal e os juros acumulados após o sexto mês, tudo de uma vez. Considerando isso, quanto Marcos vai receber ao todo ao final desse período?

- a) R\$ 14.400,00.
- b) R\$ 14.800,00.
- c) R\$ 15.000,00.
- d) R\$ 15.400,00.
- e) R\$ 15.600,00.

16. Lucas está treinando para uma maratona e decidiu aumentar a distância que corre a cada semana em uma progressão aritmética. Na primeira semana, ele correu 5 km. A partir da segunda semana, ele vai aumentar a distância em 2 km por semana. Quantos quilômetros Lucas terá corrido ao todo após 20 semanas?

- a) 440 km.
- b) 450 km.
- c) 460 km.
- d) 470 km.
- e) 480 km.

17. Considere a seguinte sequência de letras: A, F, K, P, ... Qual é a próxima letra na sequência?

- a) A letra R.
- b) A letra S.
- c) A letra T.
- d) A letra U.
- e) A letra V.

18. Em uma livraria, Guilherme selecionou 6 livros de mesmo valor, somando um total de R\$ 180,00. Ao passar no caixa, a loja ofereceu a ele um desconto progressivo: a cada 3 livros comprados a mais, o preço de cada um teria um desconto de 10%, mas esse desconto seria aplicado apenas nos livros selecionados após os 6 primeiros. Se Guilherme quiser comprar, ao todo, 9 livros desse mesmo valor, quanto ele vai gastar?

- a) R\$ 243,00.
- b) R\$ 250,00.
- c) R\$ 261,00.
- d) R\$ 270,00.
- e) R\$ 280,00.

19. Carlos tem 40 anos e sua filha Ana tem 10 anos. Daqui a quantos anos a idade de Carlos será o dobro da idade de Ana?

- a) 10 anos.
- b) 15 anos.
- c) 20 anos.
- d) 25 anos.
- e) 30 anos.

20. João tem um terreno quadrado cuja área mede 625 metros quadrados e ele quer saber quanto mede o lado do terreno. Qual é o comprimento do lado do terreno?

- a) 25 metros.
- b) 30 metros.
- c) 35 metros.
- d) 40 metros.
- e) 45 metros.

QUESTÕES DE 21 A 40 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Conforme remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), não cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos, mas somente sua legalidade, o que veda, portanto, que se afaste, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle pelo CNJ.
- b) Admite-se, no nosso ordenamento jurídico, a constitucionalidade superveniente, sendo possível a convalidação de norma em razão da alteração do parâmetro constitucional.
- c) Conforme o STF, a previsão da Constituição da República de 1988 no sentido de que compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, sofreu um processo de mutação constitucional a fim de que se reconheça ao Senado Federal o papel apenas de publicizar a decisão, fato que contribui para a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.
- d) É cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em face de norma municipal que contraria tanto norma da Constituição da República quanto norma de reprodução obrigatória presente na Constituição estadual.
- e) De acordo com o STF, o *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade, exceto embargos de declaração.

22. A respeito do direito constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para parte da doutrina, as normas constitucionais são também chamadas de normas imperfeitas. Desse modo, se o Poder Legislativo não seguir um julgamento de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, sob o ponto de vista jurídico, nada poderá ser feito para que prevaleça a declaração do Poder Judiciário.
- b) O preâmbulo da Constituição de 1988 contém princípios relevantes e traduz importantes vetores axiológicos da Carta Constitucional, motivo pelo qual é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros.
- c) As constituições outorgadas são aquelas provenientes da outorga do povo que participa ativamente do processo de elaboração.
- d) A Constituição-garantia corresponde àquela em que há clara garantia de que se buscará implementar determinadas e estabelecidas políticas econômicas e sociais, remetendo-se à ideia do Estado social de direito.
- e) O advento de uma nova Constituição não afeta a vigência de normas apenas formalmente constitucionais presentes na Constituição anterior, as quais permanecerão em vigor se materialmente compatíveis com a nova ordem jurídica constitucional.

23. Com base na Constituição da República de 1988, assinale a alternativa INCORRETA segundo a legislação vigente.

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- b) São bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- c) A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
- d) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente.
- e) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

24. Quanto aos prazos processuais no processo trabalhista, assinale a alternativa que está de acordo com a legislação e o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

- a) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- b) Os prazos processuais trabalhistas serão contados em dias úteis e são improrrogáveis, a não ser na hipótese de força maior.
- c) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho não suspendem os prazos recursais.
- d) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.
- e) Ao juízo incumbe alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, mas não se admite o alargamento dos prazos processuais pelo juízo.

25. No que diz respeito aos Direitos e Garantias fundamentais e aos Direitos Sociais, conforme a Constituição da República de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) De acordo com o STF, é constitucional lei estadual que isenta servidores públicos do Estado do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.
- c) De acordo com o STF, sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal.
- d) De acordo com o STF, a desigualação em favor dos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e os egressos de escolas privadas que hajam sido contemplados com bolsa integral não ofende a Constituição pátria, porquanto se trata de um discrimen que acompanha a toada da compensação de uma anterior e factual inferioridade (“ciclos cumulativos de desvantagens competitivas”).
- e) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

26. Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição da República de 1988 a respeito do Poder Legislativo.

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, de modo que cada um dos entes federados tenha 2 (dois) senadores, com mandatos de 8 (oito) anos.
- b) A sanção do Presidente da República é desnecessária, por exemplo, nos casos de resoluções definitivas sobre tratados internacionais, elaboração do regimento interno das Casas Legislativas e concessão de anistia.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- d) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- e) A eleição de Senador para o cargo de Prefeito de Capital de Estado acarreta a perda do mandato.

27. Assinale a alternativa CORRETA conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

- a) No caso de empresas formarem grupo econômico a responsabilidade pelas obrigações decorrentes da relação de emprego será sempre solidária.
- b) Existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que a eles se equiparem, desde que se dediquem integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.
- c) O contrato individual de trabalho deverá ser acordado expressamente e por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.
- d) Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, exceto as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.
- e) As associações recreativas sem fins lucrativos não podem ser equiparadas ao empregador, uma vez que lhes falta o requisito de assumir riscos da atividade econômica.

28. Assinale a alternativa que traz apenas informações CORRETAS sobre o aviso prévio.

- a) A contagem do prazo do aviso prévio deve ser realizada excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- b) A ocorrência de justa causa, sob qualquer fundamento, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- c) A CLT prevê prazo de 8 (oito) dias de aviso prévio para os contratos em que os pagamentos são efetuados por semana, o que está em harmonia com as disposições constitucionais sobre o assunto.
- d) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego.
- e) A falta de aviso prévio por parte do empregado não dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

29. No que diz respeito às partes e aos procuradores, com fulcro no Código de Processo Civil em vigor, é CORRETO afirmar que:

- a) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime da comunhão universal de bens.
- b) o representante judicial da parte pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.
- c) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- d) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, admitida a compensação em caso de sucumbência parcial.
- e) as pessoas jurídicas não podem ser beneficiadas pela gratuidade da justiça.

30. Marque a alternativa CORRETA sobre a tutela provisória, conforme a legislação processual civil em vigor.

- a) No procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- b) A tutela de urgência será concedida somente após justificção prévia.
- c) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas por testemunhas e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- d) No procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- e) O acolhimento da alegação de prescrição da pretensão autoral acarreta a responsabilização pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência tenha causado à parte contrária, independentemente da reparação por dano processual.

31. Com base no Código Civil de 2002, a respeito dos contratos, marque a alternativa CORRETA.

- a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao proponente.
- b) A herança de pessoa viva, desde que respeitados os requisitos legais, poderá ser objeto de contrato.
- c) A proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo a pessoa presente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- d) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- e) O que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.

32. A legislação brasileira confere proteção jurídica à posse. Sobre as ações possessórias, indique a alternativa CORRETA.

- a) O autor poderá cumular o pedido possessório com o de perdas e danos, mas não com o de indenização dos frutos.
- b) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público somente se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica.
- c) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação possessória pode ser convertida em indenizatória (desapropriação indireta), desde que haja pedido explícito nesse sentido, a fim de assegurar tutela alternativa equivalente ao particular, quando a invasão coletiva consolidada inviabilizar o cumprimento do mandado reintegratório pelo município.
- d) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, ainda que a pretensão seja deduzida em face de terceira pessoa.
- e) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

33. No que diz respeito ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), conforme as normas do Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, a repetição efetiva ou o potencial de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- b) É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- c) O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.
- d) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.
- e) O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

34. Marque a alternativa INCORRETA sobre os direitos da personalidade conforme a literalidade do Código Civil de 2002.

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- e) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

35. Leia as alternativas a seguir e assinale a CORRETA tendo em vista as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

- a) O pregão, a concorrência, o concurso, o leilão, a tomada de preços e o convite são modalidades de licitação.
- b) No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- c) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras não poderão exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública, medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica.
- d) O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória, de divulgação do edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, de habilitação, de julgamento, recursal e de homologação.
- e) É inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

36. De acordo com o Código Civil, é anulável o negócio jurídico:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) viciado em razão de erro.
- c) com instrumentos particulares antedatados ou pós-datados.
- d) quando não revestir a forma prescrita em lei.
- e) quando for indeterminável seu objeto.

37. A respeito dos servidores públicos, especialmente no que diz respeito à estabilidade, conforme a Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- a) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) o servidor público estável somente perderá o cargo nas hipóteses de sentença judicial transitada em julgado e procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- c) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

38. No que diz respeito aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não se sujeitam aos princípios constitucionais da Administração Pública, uma vez que o próprio texto constitucional assegura que elas devem se submeter ao mesmo regime jurídico das empresas privadas.
- b) É constitucional, por não caracterizar ofensa ao princípio da legalidade, norma estadual que autoriza a transformação mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão ou vice-versa.
- c) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- d) A Constituição Federal prevê explicitamente no Art. 37 os seguintes princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.
- e) O fato de o ato administrativo não observar o princípio da moralidade não acarreta, por si só, nulidade.

39. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito das inovações trazidas pela Lei nº 14.230/2021 em matéria de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é retroativo.
- b) Os prazos prescricionais da Lei nº 14.230/2021 são aplicáveis às ações de ressarcimento à Fazenda Pública fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- c) A Lei nº 14.230/2021 continuou a prever a possibilidade de responsabilidade objetiva no âmbito de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.
- d) O princípio da retroatividade da lei penal, consagrado no inciso XL do Art. 5º da Constituição Federal, tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa.
- e) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

40. Conforme a Resolução Preduc nº 06/2023, é dispensável a licitação, no caso de obras e serviços de engenharia, ou de serviços de manutenção de veículos automotores, para a contratação que envolva valores de até:

- a) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- b) R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
- c) R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- d) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- e) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).